

Dispositivos comunicacionais e produção de imaginários: o caso dos periódicos científicos

*Communicational devices and the production of imaginaries: the case
of scientific journals*

Luciana Salazar Salgado*

Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, Brasil

Letícia Moreira Clares**

Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, Brasil

Resumo: No quadro da Análise do Discurso de tradição francesa (AD), propomos neste artigo uma reflexão que parte da noção de *dispositivo* desenvolvida recentemente por Jean-Jacques Courtine (2013) para estudar os formulários de revisão por pares das revistas do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP), *GEOUSP: Espaço e Tempo*, com vistas a observar como, nesse tipo de material, (re)constroem-se imaginários de ciência a partir do modo como os processos editoriais acontecem e caracterizam a comunicação científica, nos liames do que Dominique Maingueneau (2006) considera uma *instituição discursiva*. Partindo das reflexões desenvolvidas até o momento na pesquisa intitulada *Ritos genéticos editoriais e comunicação científica: a atividade de revisão em periódicos*, explicitamos a configuração desses periódicos como dispositivos comunicacionais e, para tanto, alguns indícios da constituição desses imaginários nos ritos genéticos editoriais adotados nos processos de mediação editorial dos periódicos estudados. Pretendemos, então, investigar algumas das dimensões da mediação editorial que balizam os imaginários de ciência e põem em circulação pública o conhecimento acadêmico.

<-> *Professora adjunta no Departamento de Letras da UFSCar, São Carlos, SP, Brasil, lucianasalazarsalgado@gmail.com.

** Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística, PPGL, UFSCar, leticia.clares@gmail.com.

Palavras-chave: Periódicos científicos. Dispositivos comunicacionais. Mediação editorial. Comunicação científica. Ritos genéticos editoriais. Imaginários.

Abstract: From the French tradition of discourse analysis (AD), this article aims at reflecting upon notes of journal's peer review forms from the Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP) and the Graduate Program in Geography of FFLCH-USP, GEOUSP: Espaço e Tempo, mobilizing the notion of device recently developed by Jean-Jacques Courtine (2013). It focuses the imaginary of science which is (re)built up from the way the editorial processes occurs and characterizes the scientific communication, weaving what Dominique Maingueneau (2006) considers as a discursive institution. On the basis of considerations of the research entitled Editorial genetic rites and scientific communication: a review of activity in journals, this work intended to highlight the configuration of these journals as communicative devices. Therefore, some evidences are presented of the constitution of this imaginary by showing some editorial genetic rites adopted in the journal's editorial mediation processes. So far, this investigation proves that some dimensions of the editorial mediation are guided by the imaginary of science which puts academic knowledge into public circulation.

Keywords: Scientific journals. Communicational devices. Editorial mediation. Scientific communication. Editorial genetic rites. Imaginary

1 FLUXOS DE TEXTO E RITOS DE EDIÇÃO

Este artigo parte de um entendimento do atual período como caracterizado pela constante multiplicação de objetos que impulsionam novos ritmos de produção, circulação e consumo de diversos bens e serviços – e, portanto, de imaginários que lhes dão sentido e sustentação:

A aceleração contemporânea impôs novos ritmos ao deslocamento dos corpos e ao transporte das ideias, mas também acrescentou novos itens à história. Junto com uma nova evolução das potências e dos rendimentos, com o uso de novos materiais e de novas formas de energia, o domínio mais completo do espectro eletromagnético, a expansão demográfica (a população mundial triplica entre 1650 e 1900, e triplica de novo entre 1900 e 1984), a expansão urbana e a explosão do consumo, o crescimento exponencial do número de objetos e do arsenal de palavras. Mas, sobretudo, causa próxima ou remota de tudo isso, a

evolução do conhecimento, maravilha do nosso tempo que ilumina ou ensombrece todas as facetas do acontecer (Santos, 1997, p. 1).

Assim, entendemos que fazem parte dessa *aceleração contemporânea* os fluxos de texto e, nesse mercado de trocas dos materiais linguísticos em circulação pública, verifica-se que a comunicação em rede e as tecnologias digitais desestabilizaram práticas de produção editorial até então efetivas, demandando aos estudos da mediação editorial a redefinição de algumas categorias: “textos estão ligados a diversos tipos de materialidade” e, dadas “as mutações contemporâneas da cultura escrita”, vemos que “a textualidade digital abala as categorias e práticas que eram as fundações para a ordem dos discursos” (Chartier, 2014, p. 11-13). Nesse sentido, entendemos que refletir sobre tais práticas é também refletir sobre os objetos que as suscitam, o que permite abordar não apenas o funcionamento de um conjunto de técnicas e normas voltadas à produção de livros, revistas e outras publicações, mas sobretudo sua relação com as esferas da economia e da cultura, dimensões irredutíveis dos objetos discursivos.

Considerando o cenário atual da chamada *comunicação científica*, no qual se instaura uma política de publicar para de fato validar o conhecimento produzido na academia, os periódicos científicos vêm se configurando como peças-chave dos jogos de poder que mobilizam o funcionamento da ciência como a conhecemos hoje (Cf. Gruszynski et al., 2008). Além de registrar, consagrar e disseminar pesquisas, a busca por reconhecimento e visibilidade propiciada por instrumentos tem suscitado discussões por parte de agências de regulamentação e fomento como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Scientific Electronic Library Online (SciELO), responsáveis por financiar pesquisas, avaliar e qualificar periódicos e programas de pós-graduação e, assim, condicionar diversas das atividades acadêmicas dependentes desses processos de valoração.

Desse modo, frequentemente as equipes editoriais de periódicos científicos têm sido chamadas a rever questões relacionadas a seus expedientes, tanto mais no que diz respeito ao desenvolvimento da comunicação nas diversas áreas em que é posta como condição institucional de existência dos campos de saber. Uma dessas pautas, muitas vezes apresentada pela comunidade científica como um verdadeiro desafio para o sucesso das publicações, é a contribuição de autores, editores e revisores.

O que chama especialmente a atenção nesses coletivos de trabalho é a variação dos termos utilizados para designar quem avalia artigos submetidos à publicação – ora *revisor*, *revisor ad hoc*, ora *parecerista*, *avaliador* – e a própria atividade de avaliação – *revisão*, *revisão por pares*, *parecer* ou *peer review* –, instabilidade constatável em diversos casos específicos, como nos ambientes de edição de materiais didáticos, particularmente nos casos em que há transmediações e adaptações, como nas interfaces entre material impresso e áudio, nas quais denominações e funções dos profissionais que dão tratamento ao texto se multiplicam e opacificam (Cf. Clares, 2013, por exemplo).

De fato, o estudo do funcionamento discursivo que preside o preparo de textos destinados à circulação pública exige lembrar que estão compreendidas aí tanto as práticas generalizadas nas casas editoriais quanto outras, menos oficiais, mas igualmente generalizadas, dos próprios autores, que frequentemente tomam a iniciativa de contratar uma revisão de textos antes mesmo de submeter seu material à apreciação de uma editora. E é preciso levar em conta também que se, por um lado, esse tipo de trabalho se intensificou recentemente e tem cada vez mais características peculiares ao nosso tempo (afinidades com a tecnologia informática, com a aceleração de processos dela decorrentes e com as urgências de produtividade e competitividade que impelem a alimentação desse ciclo), por outro, é herança de uma longa história que remonta a práticas anteriores até mesmo ao formato códex moderno, as quais revelam o quanto o original de um autor, no longo processo que o transforma em publicação, movimenta-se, passando por diferentes olhares e cuidados. A própria Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), frequentemente atualizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e que organiza descrições de atividades profissionais por *famílias*, conjuntos de ocupações estabelecidos pelo reconhecimento de semelhanças características de um domínio de trabalho mais amplo do que cada ocupação, numa tentativa de prever flexibilidades asseguradas por algum rigor de definição, prevê uma família “Profissionais da escrita”, bastante extensa e considerada próxima das chamadas *famílias afins* “filólogos, intérpretes e tradutores” e “editores”, numa circunscrição de competências que sempre fazem fronteira com outras, sem que jamais se defina o que faz um revisor.

Em estudos recentes sobre o tratamento editorial de textos, vemos que se trata de considerar a revisão como uma das etapas de preparo dos textos para circulação pública, a qual é muito mais que uma leitura rigorosa na busca por apontar possíveis “desvios” gramaticais ou normativos de um autor que “terminou” seu texto. Essa etapa de trabalho reabre o texto para o próprio autor, configurando um novo olhar que levanta diversas questões, que determinam, por exemplo, se

esse texto corresponde ao que caracteriza uma adequada inscrição no meio onde circulará. Em outras palavras:

Não se trata apenas de correção, mas de *aperfeiçoamento e adequação* de um texto escrito, o que significa dizer que há regras de construção previstas e ditames a serem respeitados, mas também que esse “respeito” será guiado por noções menos precisas, ainda que igualmente importantes e constitutivas das diretrizes de correção de um texto; *aperfeiçoar e adequar* envolvem conhecimentos relativos ao objeto sobre o qual versa o texto, às características que o autor lhe atribui, ao estilo desse autor e ao público a que se destina o material – elementos que se complexificam, uma vez que estabelecem entre si relações variadas, implicando-se dinamicamente (Salgado, 2011, p. 160, grifos da autora).

Na comunicação científica e, mais especificamente, em publicações periódicas, observamos que se denomina também *revisão* outra atividade: trata-se de uma avaliação dos artigos por um viés que não o linguístico-discursivo, mas da ordem da pertinência técnico-científica, atividade que também faz parte de um processo de preparação dos artigos destinados à publicação em revistas especializadas. Segundo Mabe (2009 *apud* Cyrino, 2014),

a publicação de um artigo em um periódico indexado acontece a partir de um processo conduzido pelas editoras e denominado *ciclo editorial* (“publishing cycle”), que envolve a troca de informações entre autores, editores, revisores e leitores, bem como os agentes de distribuição e disponibilização do periódico. (grifo nosso)

Embora esse processo não esteja discriminado publicamente de maneira explícita pelas revistas, e efetivamente o volume de informações disponíveis a respeito da produção seja, em geral, bastante reduzido, mesmo em seções como *sobre a revista* ou *diretrizes para autores/revisores*, temos verificado que ocorre de forma semelhante ao que conhecemos em outros ambientes de edição já estudados, isto é, constitui-se como um conjunto de etapas que variam de um coletivo de trabalho para outro e que, por estarem pouco definidas, são ainda mal compreendidas. Parece, entretanto, que, nesse contexto, a designação se complexifica mais, pois se o olhar técnico daqueles considerados pares de um autor (membros da comunidade científica legitimados pelo próprio ato de avaliar o artigo de um colega) é chamado

de *revisão*, como definir nesse universo de publicações o que conhecemos como *revisão* (ou *revisão de textos*) mais amplamente? A etapa de trabalho com os textos em seus aspectos definidores do objeto editorial acontece na produção de periódicos científicos? Como é designada, então, nesse meio?

Com vistas a contribuir para a compreensão desse universo de produção textual, delimitamos um *corpus* a partir do qual cremos poder abordar a problemática mais ampla: a *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* (IEB), que reúne em regime quadrimestral artigos, resenhas e documentos relacionados aos estudos brasileiros, e a *GEOUSP: Espaço e Tempo*, revista que publica artigos, notas de pesquisas de campo, resenhas críticas e notícias (informes) de encontros científicos que tratem de temas definidos por uma abordagem geográfica.

A *Revista do IEB* é um periódico multidisciplinar que circula em versões impressa e digital, o que exige de seu expediente especificidades para cada versão, já que os meios impresso e digital oferecem e demandam encaminhamentos editoriais diferentes, algumas vezes incompatíveis – por exemplo, quanto ao projeto gráfico, que nesse periódico tem de abrigar particularidades das diversas áreas do conhecimento que publica. Já a *GEOUSP* é um periódico do grande campo Geografia, que contempla materiais subdivididos, conforme a tradição disciplinar, em Geografia Física e Geografia Humana, e que recentemente passou a circular apenas na interface digital, tendo como desafio as adaptações necessárias à diagramação nesse formato.

O interesse pelas duas revistas na atual conjuntura, além da diferença que poderá servir a futuras reflexões (um periódico multidisciplinar e outro disciplinar), deve-se ao fato de ambas terem migrado recentemente para o Portal SIBiUSP e, desde então, lidarem com a necessidade de preparação na plataforma do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), software gratuito desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) a partir da tradução e personalização do Open Journal Systems (OJS) para construção e gestão de publicações periódicas digitais. A editoração de periódicos no SEER, recomendada pela CAPES, permite maior rapidez no fluxo de informações e melhorias na avaliação da qualidade das revistas e na disseminação, divulgação e preservação de seus conteúdos segundo a adoção de padrões internacionais para periódicos on-line.

A partir da descrição desses objetos de estudo e da breve exposição das *condições de produção* (Pêcheux, 2014 [1969]) de sua constituição, podemos notar a complexidade das dimensões não explicitadas nos processos editoriais, as quais precisamos investigar para entender como se estabelecem as relações de poder no

campo científico (Cf. Bourdieu, 1983), que determina o que é publicado, de que forma e para quem, isto é, a inter-relação das categorias definidoras da produção, da circulação e do consumo desses materiais editoriais.

Nesta altura da pesquisa, isso implica compreender o funcionamento da mediação editorial nas revistas científicas, as quais mobilizam uma parcela fortemente delimitada do mercado editorial brasileiro e são chamadas a transitar entre o consenso e a resistência aos discursos normativos (Cf. Muniz Jr., 2010), que produzem efeitos de sentido sobre a comunicação e a divulgação do conhecimento científico, bem como influenciam nos modos e modelos de ciência vigentes.

Tomada como nicho (segmento restrito) do mercado editorial, a comunicação científica tem um funcionamento característico do que Main-gueneau (2006, p. 53) considera uma *instituição discursiva*:

Os escritores produzem obras, mas escritores e obras são, num dado sentido, produzidos eles mesmos por todo um *complexo institucional de práticas*. Deve-se, assim, atribuir todo o peso à instituição discursiva, expressão que combina inextricavelmente a *instituição como ação de estabelecer*, *processo de construção legítima*, e a *instituição no sentido comum de organização de práticas e aparelhos*. (grifos nossos)

Levando em conta, pois, essa relação de práticas sociais e ambiente constitutivo, e considerando que participam do mercado editorial brasileiro todas as práticas e indivíduos que gerem esse espaço, entendemos a comunicação científica como parte desse ambiente de trocas. Assim, como um campo constituído também institucionalmente, no qual os periódicos científicos se inscrevem como mediadores de um espaço de coocorrência de escritas profissionais (de forma mais acentuada a escrita científica, embora existam paratextos e todo um espaço associado não necessariamente científico, que merecerá abordagem futura) e processos de edição, constituindo-se em um conjunto de práticas que estabelecem relações de força, isto é, que resultam da conjugação de normas e técnicas próprias constituintes daquilo que o historiador Roger Chartier refere em toda sua obra como *a ordem dos livros* (ver especialmente 1999).

Desse modo, numa abordagem da revisão como uma atividade de mediação editorial, investigamos de que forma esta se dá enquanto avaliação por pares e tratamento linguístico-discursivo e em que medida se constitui a relação entre essas instâncias no ciclo editorial, em que consideramos

o trabalho que é feito sobre os textos autorais que se preparam para ir a público como *ritos genéticos editoriais*, especificando a noção de Maingueneau, sem jamais perder de vista que ela trata dos ritos de uma gênese discursiva, ou seja, sem perder de vista que o trabalho do coenunciador editorial, assim como o do autor e de todos os que lidam com seu texto, é feito de um dado lugar discursivo. (Salgado, 2011, p. 155, grifos da autora)

Compreendendo, então, os ritos genéticos editoriais como um conjunto de procedimentos adotados no tratamento editorial de textos, pressupomos que a relação mediação editorial-condições de produção dos periódicos em questão, dada a amostra trabalhada por meio dos formulários de revisão por pares, permite uma análise criteriosa de seus ritos, de modo que apreendamos o papel dessas revistas como dispositivos comunicacionais que “armazem e fazem circular o conhecimento humano, articulando em seu entorno fatores econômicos, sociais, simbólicos, estreitamente relacionados a dinâmicas de poder e de disputas” (Gruszynski et al., 2008, p. 1).

2 DISPOSITIVOS COMUNICACIONAIS, IMAGINÁRIOS DE CIÊNCIA

Ao comentar sobre a oscilação do uso das expressões *semiologia da política*, *semiologia da mensagem política*, *semiologia política da expressão* e *semiologia histórica* em sua obra, Courtine (2011, p. 150-151) justifica a proposição de uma semiologia histórica que, na composição contemporânea da análise do discurso, dê conta das relações entre linguagem e imagem, materializadas nos objetos discursivos:

os discursos estão imbricados em práticas não verbais, o verbo não pode mais ser dissociado do corpo e do gesto, a expressão pela linguagem conjuga-se com aquela do rosto, de modo que não podemos mais separar linguagem e imagem. Senti, portanto, que analisar os discursos não podia mais se limitar a caracterizar um *corpus*, em seus diferentes níveis de funcionamento linguístico. Mas que correspondia a pensar e a descrever a maneira pela qual se entrecruzam – na materialidade do arquivo tanto quanto suporte “psíquico” das memórias coletivas e individuais – regimes e práticas, séries de enunciados e redes de imagens.

Numa abordagem da relação entre corpo e discurso nas formas de fala pública, o que resultou na passagem de uma análise do discurso para uma história do corpo/rosto, Courtine (2011) define seu distanciamento da tradição saussuriana de estudo da semiologia, aproximando-se de outra, de natureza antropológica, baseada na identificação de indícios intuitivos como prática essencial para a compreensão de imagens – designada pelo historiador Carlo Ginzburg como um *paradigma indiciário*. Ginzburg (1989) mostra, pela descrição de casos de campos como a História da Arte (Morelli e a atribuição de autoria a obras de arte), a Psicanálise (Freud e o discurso do inconsciente) e a Literatura (a personagem Sherlock Holmes e seus parâmetros de investigação), que nas últimas décadas do século XIX uma preocupação semelhante à de Saussure estava presente nessas outras áreas, ao mesmo tempo que o *Curso de Linguística Geral* era escrito por alguns de seus discípulos. Para Ginzburg (1989, p. 150), trata-se de “pistas: mais precisamente sintomas (no caso de Freud), indícios (no caso de Sherlock Holmes), signos pictóricos (no caso de Morelli)”.

Na perspectiva da comunicação científica, especificamente no que tange às publicações periódicas, e considerando a semiologia histórica proposta por Courtine (2011), uma análise dos discursos que corresponda a “pensar e a descrever a maneira pela qual se entrecruzam [...] regimes e práticas, séries de enunciados e redes de imagens” (Courtine, 2011, p. 151) corresponde também a pensar esses indícios dos quais fala Ginzburg nos ritos genéticos editoriais adotados nos expedientes das revistas, bem como nas condições de produção que definem os expedientes típicos dessa comunidade discursiva. Como “cada sociedade observa a necessidade de distinguir os seus componentes; mas os modos de enfrentar essa necessidade variam conforme os tempos e os lugares” (Ginzburg, 1989, p. 171), importam os imaginários apreendidos nessas condições de produção do discurso científico: a comunicação científica como instituição discursiva mobiliza práticas e memórias sobre essas práticas na organização dos processos de edição que caracterizam, por exemplo, a revisão por pares, a revisão de textos e mesmo a produção dos manuais de instrução que direta ou indiretamente condicionam essas atividades – os manuais de normalização e *checklists* voltados aos revisores e preparadores, as instruções dos formulários de parecer dos avaliadores, os critérios de avaliação da CAPES e de indexação da SciELO e mesmo as diretrizes para os autores.

Será útil, aqui, mobilizar também a noção de *memória discursiva*, que reúne dois planos complementares: o da textualidade (memória intratextual) e o do interdiscurso (o discurso dominado pela memória de outros discursos) (Charaudeau e Maingueneau, 2014). Assim, consideramos que constituem esses imaginários o

conjunto de memórias que se constrói nos diversos campos de saber que participam da comunicação científica, em suas formulações explícitas e nos indícios que se podem recolher ao longo dos processos que a configuram.

Enquanto na revista *GEOUSP: Espaço e Tempo* lidamos com memórias que nos dizem o que se espera de artigos que tratem do campo da Geografia, que registra as duas frentes publicadas pela revista (a Física, que promove estudos sistematizados sobre a superfície terrestre como parte de uma ciência mais exata, e a Humana, dedicada à compreensão da interação entre a sociedade e o espaço geográfico), na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* nos deparamos com memórias ainda mais diversas, já que se trata de uma revista multidisciplinar que atende às áreas de Literatura, Letras, História, Artes, Sociologia, Filosofia, Música, entre outras.

Ao se reconstruírem e se atualizarem, conforme a demanda da própria dinâmica do andamento das pesquisas publicadas, essas memórias contribuem para a formação não só de imaginários próprios da ciência (a ciência de uma área do saber em particular), mas de ciência na conjuntura atual, o que nos permite considerar os periódicos científicos como *dispositivos comunicacionais*. Apropriando-se da noção de *dispositivo* de Foucault, Courtine (2013, p. 131), ao dizer que “os dispositivos não são simplesmente modos de classificação dos objetos do saber ou aparatos do exercício de um poder, mas [...], além disso, instrumentos de produção do sujeito”, permite uma abordagem dos materiais textuais em tela depreensível de uma série de práticas sociais que, em relação, produzem efeitos de sentido legitimadores dos lugares que instituem.

Acrescente-se que o dispositivo “não procede de uma única instituição, ou de uma de suas ramificações, mas ‘do jogo que ele estabeleceu’ entre várias delas [...] E dentre elas, a ciência ela mesma” (Courtine, 2013, p. 129). Com base nisso, podemos entender que, como instrumentos e veículos dessas constantes (re) construções de imaginários, as revistas científicas estão, nessas condições, a serviço de “um regime de visibilidade” (Courtine, 2013, p. 79) que compreende esse jogo de memórias estabelecido na comunicação científica como instituição discursiva e reunindo comunidades discursivas, vale dizer, tanto em sentido amplo, dos que se reúnem em torno de um grande campo, uma vertente, uma subárea etc., conforme as divisões legitimadas em cada conjuntura, quanto em sentido restrito, pensando nas diversas comunidades discursivas que, em suas práticas, conferem heterogeneidade a cada uma dessas mais abarcantes.

Para situar a natureza dessas reflexões, apresentaremos os formulários de revisão por pares da *Revista do IEB* e da *GEOUSP*. Analisando as diferenças estruturais da organização de tais formulários,

temos notícia da ordem da relevância de alguns aspectos para um e outro periódico, provável reflexo de questões mais amplas e fundamentais referentes às áreas do conhecimento contempladas nos artigos que publicam. Também identificamos imaginários que sustentam um e outro formulário e uma relação entre eles, constitutiva da atividade de revisão por pares.

Temos, assim, quanto à categoria que consideramos indicativa de *diretrizes para o revisor*:

Revista do IEB

Avaliação | assinale uma ou mais alternativas

- O artigo apresenta uma reflexão original
- A bibliografia citada é adequada e atualizada
- O texto é bem redigido
- O texto tem repetições de palavras e expressões
- O texto poderia ser sintetizado
- O texto requer reestruturação
- O texto não cabe em uma revista de caráter multidisciplinar
- O texto não corresponde aos padrões de um artigo acadêmico
- Outros (especifique): _____

Solicitamos seus comentários sobre o artigo anexo, observando particularmente os seguintes pontos:

- Oportunidade e relevância do artigo
- Qualidade e rigor da argumentação
- Cumprimento dos objetivos a que se propõe
- Adequação entre a análise e os dados apresentados

Na *Revista do IEB*, os itens definidos em *avaliação* indicam uma análise não somente técnico-científica do artigo, mas também da ordem do linguístico, já que são apontadas questões relativas à qualidade do que se entende

por escrita científica (esta também constitutiva e constituída de imaginários que merecerão detalhamentos futuros).

Julgar se “o texto é bem redigido”, se “tem repetições de palavras e expressões”, se “poderia ser sintetizado”, se “requer reestruturação” ou se “não corresponde aos padrões de um artigo acadêmico” não necessariamente importa para a garantia de um rigor técnico do conteúdo abordado pelo artigo, mas o condiciona na medida em que indica que o revisor deverá reconhecer no texto de seus pares os liames que o definam como um texto científico, e mais, como um texto que domina certos usos linguísticos característicos do(s) campo(s) de saber em que se inscreve, uma *interlíngua* (Cf. Maingueneau, 2008), e que, por isso, cabe ou não “em uma revista de caráter multidisciplinar” – aí a opção “Outros (especifique)” indica o grau de especificidade de apontamentos que o revisor poderia fazer, a depender da(s) área(s) do conhecimento à(s) qual(is) o texto pertence, já que se trata de um periódico multidisciplinar, o que não caberia definir entre as alternativas mais gerais apresentadas (por isso o uso de “especifique”).

Assinalar, então, se “o artigo apresenta uma reflexão original” remonta a uma memória relativa aos objetivos do texto científico que almeja publicação: apresentar para a comunidade científica o que há de novo a ser dito sobre determinada área ou objeto de estudo, embora aqui sejam discutíveis as noções de “novo” e “original”, especialmente da perspectiva da Análise do Discurso.

Nos apontamentos indicados na sequência desses critérios, ficam mais explícitas as diretrizes para uma análise técnica propriamente dita dos artigos, apontamentos estes mais precisos (“oportunidade e relevância do artigo”; “qualidade e rigor da argumentação”; “cumprimento dos objetivos a que se propõe”; “adequação entre a análise e os dados apresentados”), propostos como guia do comentário que será redigido pelo revisor, embora esteja implícito que os critérios definidos na avaliação anterior também devam balizar esse comentário.

Na revista *GEOUSP: Espaço e Tempo*, por sua vez, as questões propostas são mais direcionadas no sentido de solicitar ao revisor um apontamento mais preciso com relação à pertinência técnico-metodológica do artigo:

Solicita-se que sua análise considere as seguintes questões:	
O artigo é original?*	Há relevância da temática para o conhecimento geográfico?*
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Os objetivos estão claramente delimitados?*	Há coerência teórico-metodológica?*
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Os dados empíricos utilizados (fontes primárias e secundárias) têm pertinência e foram adequadamente tratados? Observar a adequação e suficiência das ilustrações, figuras e tabelas.*	
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Insira neste campo o texto de seu parecer:	
*	

GEOUSP: Espaço e Tempo

Isso fica evidente pelo conteúdo das considerações (“o artigo é original?”; “há relevância da temática para o conhecimento geográfico”; “há coerência teórico-metodológica?”; “os dados empíricos utilizados [...] têm pertinência e foram adequadamente tratados?”), pela restrição das opções de resposta (*sim* ou *não*) e pelo asterisco (*) inserido em todas as questões e que aparece novamente no final do formulário (“insira neste campo o texto de seu parecer: *”), indicando que essa análise deverá ser guiada especialmente pelas respostas dadas anteriormente às referidas questões. Tal direcionamento provavelmente é mais eficiente no caso desse periódico, pelo fato de publicar artigos de uma única área do conhecimento, a Geografia, o que permite maior precisão das possibilidades de revisão no quesito contribuição para o campo.

Embora a revista aceite artigos de duas vertentes diferentes da Geografia, a Física, que promove estudos sistematizados sobre a superfície terrestre como parte de uma ciência, digamos, mais exata, e a Humana, dedicada à compreensão da interação entre a sociedade e o espaço geográfico, percebe-se a priorização de uma revisão mais técnica no âmbito das questões que envolvem a atividade de pesquisa em si: a consideração e o tratamento dos dados, a abordagem teórico-metodológica e a “comprovação” do que se diz (“observar a adequação e suficiência das ilustrações, figuras e tabelas”) instauram uma semântica de análise categórica do texto, no sentido de apontar se é pertinente ou não como uma publicação de resultados que contribuam para o desenvolvimento da área – talvez um ponto predominante da Geografia Física, delimitada como uma ciência mais “dura”, em relação à Humana.

Essas impressões se reafirmam se observarmos nos formulários o espaço reservado à decisão do revisor sobre sua avaliação. Temos, então, quanto aos *apontamentos do revisor*:

Revista do IEB

Recomendações

- Publicação sem revisão
- Publicação somente após revisões substantivas (especificar)
- Publicação após pequenas revisões estilísticas ou textuais (especificar) Rejeição

Escolha a alternativa que considerar mais adequada:

- O artigo deve ser publicado na forma atual.
- O artigo deve ser publicado com pequenas modificações, conforme especificado.
- O artigo deve ser publicado desde que se procedam as modificações especificadas.
- O artigo não deve ser publicado (especificar o(s) motivo(s) nos comentários).

Considerando que ambos os formulários apresentam nesse campo pontos comuns abordados de maneiras diferentes, importam as formas como cada periódico espera que o revisor informe sua recomendação sobre a publicação ou não do artigo. Enquanto a *Revista do IEB* propõe publicação “sem revisão”, “somente após revisões substantivas” ou “após pequenas revisões estilísticas ou textuais”, a *GEOUSP* questiona se o artigo deve ser publicado “na forma atual”, “com pequenas modificações, conforme especificado” ou “desde que se procedam às modificações especificadas”. Solicitar do autor “revisões substantivas” ou “revisões estilísticas ou textuais” é diferente de solicitar “modificações” ou “pequenas modificações” especificadas e presume expedientes muito particulares de cada periódico, dadas as condições de produção referidas anteriormente.

No formulário da *Revista do IEB* temos, por contraste com a revisão por pares, a atividade de revisão de textos referida pontualmente (“revisão”, “revisões substantivas” e “revisões estilísticas ou textuais”), o que indica a presença dessas duas atividades na produção editorial da revista, bem como sua dinâmica de funcionamento – a revisão de textos acontece na sequência da revisão por pares, mas é considerada como critério de garantia da publicação do artigo “pré-aprovado”

(“publicação *somente após* revisões substantivas (especificar)”; “publicação *após* pequenas revisões estilísticas ou textuais”).

Já no formulário da *GEOUSP*, “pequenas modificações” e “modificações especificadas” não indicam explicitamente de que tipo de modificação se trata, mas “conforme especificado” e “modificações especificadas” apontam para a autonomia do revisor de impor como condição de publicação do artigo qualquer tipo de modificação, o que inclui também a possibilidade de sugestões da ordem do linguístico. Esse condicionamento, aliás, marcado em “o artigo *deve* ser publicado com pequenas modificações, conforme especificado” e “o artigo *pode* ser publicado *desde que* se procedam as modificações especificadas”, dá notícia do quão necessárias podem ser essas modificações, já que são critério de justificativa da recomendação ou não da publicação do texto submetido.

A partir desses apontamentos, podemos observar o quanto a problemática em torno dos periódicos científicos, tomados como dispositivos comunicacionais, requer um estudo não só dos ritos genéticos editoriais adotados nos processos de produção de revistas, mas desses ritos em relação aos critérios que os transcendem, na medida em que os condicionam ao mobilizar imaginários, por exemplo, de língua, de escrita, de ciência, de comunidade científica e, portanto, de comunicação científica, bem como de memórias sobre a produção e a disseminação do conhecimento científico dado como homogêneo.

Nesse cenário de demandas bastante específicas em que se instaura uma cultura de publicar para de fato validar o conhecimento produzido na academia, como um funcionamento fundante e legitimante da própria condição institucional, acreditamos que a importância de estudar os processos de edição de periódicos científicos e, para isso, compreender seus ritos genéticos editoriais, justifica-se pelo fato de se tratar de um importante dispositivo de disseminação e consolidação do conhecimento científico, ainda que somente entre os pares e não necessariamente a toda a sociedade, dispositivo este que

garante a memória da ciência, aponta seu grau de evolução, estabelece a propriedade intelectual, legitima novos campos de estudos e disciplinas, constitui-se em fonte para o início de novas pesquisas, dando visibilidade e prestígio aos

pesquisadores entre um público altamente especializado, os seus pares. (Gruszynski et al., 2008, p. 4)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o referido cenário da comunicação científica, no qual lidamos com políticas organizacionais que preveem o dinamismo das publicações como parâmetro de validação do universo das pesquisas, vemos que a abordagem dos periódicos científicos como dispositivos comunicacionais produtores de imaginários sobre a ciência, na medida em que se pretendem disseminadores do conhecimento científico, permite entendê-los como dispositivos de poder tanto da disseminação cada vez mais especializada do conhecimento quanto da validação de procedimentos apoiados em imaginários de ciência, os quais são constantemente reconstruídos ao firmar seu valor e, na mesma mão, o valor dos lugares que os instituem justamente ao se articularem: o lugar de autor, o de editor, o de par, o de revisor...

Nesse sentido, encontramos nos formulários de parecer da GEOUSP e da RIEB indícios de um paralelo entre as atividades de revisão de textos e revisão por pares, pois ainda que as diretrizes para o parecer, dadas pela própria composição estrutural do texto, apontem mais detidamente para um lugar de leitor e de revisor especializados (os pares), como na GEOUSP, revelam também um lugar de leitor profissional do texto, aquele que de saída fará “revisões substantivas” ou “pequenas revisões estilísticas ou textuais”, conforme indicado pela RIEB. A marcação desses lugares mais ou menos assinalada evidencia um caráter, em geral, de má compreensão dos processos de mediação editorial, tidos como um demérito, por exemplo, dos processos de autoria, como se o trabalho sobre o texto do outro fosse da ordem do ilegal e, por isso, devesse ser apagado ou camuflado.

Dando um passo adiante, cremos ser possível encaminhar a pesquisa desses periódicos e, mais amplamente, da comunicação científica, ensejando o entendimento de que a dispersão massiva do conhecimento produzida pelos periódicos científicos se opera na correlação de uma *tecnoesfera* crescentemente informacional, isto é, um conjunto de técnicas (e, portanto, uma série de objetos normatizadores e normalizadores) do qual emerge uma *psicosfera*, isto é, um conjunto de valores, crenças, emoções e toda sorte de subjetivações produzidas em dinâmica (Cf. Santos, 2008, 2009). Digamos, por ora, que esses dispositivos comunicacionais permitem que uma perspectiva específica que tem valor “científico” ganhe mundo na conjuntura em que se produz e se dispersa. Isso nos remete a uma tese basal da análise do discurso: o que há não é a apresentação de um objeto no mundo, mas sua

criação discursiva, e assim é que o objeto passa a fazer parte do mundo. A própria ideia de mundo é frequentemente recriada, dados os ritos e rituais coercitivos das convenções institucionalizadas e de outras, menos formalizadas, que se impõem na construção e atribuição de valor e efeitos simbólicos.

Disto se compõe uma psicoesfera de percepções do que seja o mundo, ao mesmo tempo em que se produz uma psicoesfera das redes de objetos técnicos em relação sistêmica que, conforme seus usos ou desusos, dispersam discursos, e, assim, valores, crenças etc., produzindo imaginários (Cf. Salgado, 2013). O batimento entre tecnosfera e psicoesfera permite, assim, operar com outra noção basal da análise do discurso: as posições imaginárias que referem o jogo de projeções constitutivas dos lugares discursivos em que se instituem, como sujeitos, os atores que definem e legitimam os dispositivos (Cf. Gadet e Hak, 1997).

REFERÊNCIAS

- Bourdieu P. O campo científico. In: Ortiz R, organizador. Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática; 1983. p. 122-56.
- Charaudeau P, Maingueneau D. Dicionário de análise do discurso. Fabiana Komesu, coordenadora de tradução. 3ª ed., 1ª reimp. São Paulo: Contexto; 2014.
- Chartier R. A mão do autor e a mente do editor. George Schlesinger, tradutor. São Paulo: Unesp; 2014.
- Chartier R. A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Mary Del Priori, tradutora. 2ª ed. Brasília: UNB; 1999.
- Clares LM. A interface material impresso e audiolivro: o lugar do revisor de textos nos processos editoriais envolvidos. São Carlos: PUICT/UFSCar; 2013. 59 p. Protocolo nº 58/2012.
- Courtine JJ. Decifrar o corpo: pensar com Foucault. Francisco Morás, tradutor. Petrópolis: Vozes; 2013.
- Courtine JJ. Discurso e imagens: para uma arqueologia do imaginário. In: Pionezanni C, Curcino L, Sargentini V, organizadores. Discurso, semiologia e história. São Carlos: Claraluz; 2011. p. 145-62.
- Cyrino JEP. Revisões e revisores construtivos e eficazes [slide]. São José dos Campos: CEC-ABEC; 2014. 19 slides. [citado 20 jun. 2014]. Disponível em: http://www.abecbrasil.org.br/includes/eventos/xxii_curso/index.asp

Gadet F, Hak T, organizadores. Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. (reimpressão 2001). Diversos tradutores, rev. tecn. Eni Orlandi. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp; 1997.

Ginzburg C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: Ginzburg C. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. Federico Carotti, tradutor. São Paulo: Cia das Letras; 1989. p. 143-80.

Gruszynski AC, Golin C, Castedo R. Produção editorial e comunicação científica: uma proposta para edição de revistas científicas. E-compós. 2008 Maio/Ago;11(2):1-17.

Maingueneau D. Discurso literário. Adail Sobral, tradutor. São Paulo: Contexto; 2006.

Maingueneau D. Gênese dos discursos. Sírio Possenti, tradutor. São Paulo: Parábola Editorial; 2008.

Muniz Jr JS. O trabalho com o texto na produção de livros: os conflitos da atividade na perspectiva ergodológica [dissertação]. São Paulo: Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Artes; 2010.

Orlandi EP. Discurso, imaginário social e conhecimento. Em Aberto. 1994;14(61):53-9.

Pêcheux M, Fuchs C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: Gadet F, Hak T, organizadores. Por uma análise automática do discurso. Campinas: Editora da Unicamp; 1990 [1975]. p. 79-170.

Pêcheux M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: Gadet F, Hak T, organizadores. Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Bethania Mariani et al., tradutores. 5ª ed. Campinas: Unicamp; 2014. p. 59-158.

Salgado LS. Cibercultura: tecnoesfera e psicoesfera de alta potência difusora. In: Abriata VLR, Câmara NS, Rodrigues MG, Schwartzmann MN, organizadores. Leitura: a circulação de discursos na contemporaneidade. Franca: Unifran, 2013.

Salgado LS. Ritos genéticos editoriais: autoria e textualização. São Paulo: Fapesp/Annablume, 2011.

Santos M (1994). Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional. 5ª ed. São Paulo: Edusp; 2008.

Santos M (2000). Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal. 18ª ed. São Paulo: Record; 2009.

Santos M. A aceleração contemporânea: tempo-mundo e espaço-mundo. In: Dowbor L, Ianni O, Resende PE, organizadores. Desafios da globalização. Petrópolis: Vozes; 1997. p. 1-5.

Rugoni LS. O imaginário do revisor de textos nos ritos genéticos editoriais [dissertação]. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Linguística; 2015.

Recebido em: 14/10/2015

Aprovado em: 07/12/2015
